

CONSIDERAÇÕES DE SCHOPENHAUER

SOBRE O DUELO

I

Qualquer espírito de boa fé reconhecerá à primeira vista que este código estranho, bárbaro e ridículo da «honra» não pode ter a sua fonte na essência da natureza humana ou numa maneira sensata de considerar as relações dos homens entre si. É o que confirma também o domínio muito limitado da sua autoridade: esse domínio, que só data da idade média, restringe-se à Europa continental, e aqui mesmo só atinge a nobreza, a classe militar e os seus émulo, pois nem os gregos, nem os romanos, nem as populações eminentemente civilizadas da Ásia, tanto na antiguidade como nos tempos modernos, souberam ou sabem cousa alguma dessa «honra» e dos seus princípios. Todos esses povos só conhecem o que nós chamamos a honra «burguesa».

Entre eles, o homem não tem outro valor senão o que lhe dá o seu comportamento inteiro, e não o que lhe dá aquilo que apetece a uma má língua dizer sobre ele. Entre esses povos, o que faz ou diz um indivíduo pode muito bem diminuir a sua própria honra, mas nunca a de outro homem. Para eles, uma pancada não é mais que uma pancada, como um cavalo ou um burro a podem dar, mais perigosa ainda; uma pancada poderá eventualmente suscitar a cólera imediata e uma vingança no próprio instante, mas não tem nada a ver com a honra.

Essas nações não escrituraram livros onde se assentam as pancadas ou as injúrias, assim como as *satisfações* que se cuidou ou descuidou tirar delas. Pela valentia e desprêzo da vida não se mostraram em nada inferiores às da Europa cristã. Os gregos e os romanos foram de certo perfeitos heróis, mas ignoraram inteiramente o «ponto de honra». O duelo entre eles não era costume das classes nobres, mas dos vis gladiadores, dos escravos e dos criminosos condenados, que se excitavam a pelear, fazendo-os alternar com animais ferozes, para divertimento do povo. Ao estabelecer-se o cristianismo, foram abolidos os combates de gladiadores, mas em lugar deles e em pleno cristianismo institui-se o duelo como «juízo de Deus». Se os primeiros eram um sacrifício cruel oferecido à curiosidade pública, o duelo é também um sacrifício, não menos cruel, ao preconceito geral, sacrifício em que se não imolam criminosos, escravos, ou prisioneiros, mas homens livres e nobres.

Muitos lances que a história conservou provam que os antigos ignoravam por completo este preconceito. Quando, por exemplo, um chefe teutão provocou Mário para duelo, este herói respondeu que, «se estava tão farto da vida, que se enforcasse», propondo-lhe todavia um gladiador emérito com quem poderia pelear à vontade. Lemos em Plutarco que Euríades, almirante da esquadra, numa

discussão com Temístocles, levantou o bastão para lhe bater; e o que este fez não foi desembainhar a espada, mas dizer: «bate, mas ouve». Que indignação não sentirá o leitor, «homem de honra» por não ver em Plutarco que os oficiais Atenienses declarassem imediatamente não querem servir mais sob as ordens desse Temístocles! Por isso um escritor francês dos nossos dias diz coerentemente: «Se alguém dissesse que Demóstenes foi homem de honra, deveríamos sorrir de compaixão.... Cícero não foi também um homem de honra». Além disto, o trecho de Platão sobre as vias de facto é prova bastante de que os antigos não tinham a mais pequena idea do ponto de honra cavaleiresco. Sócrates, em consequência das suas numerosas discussões, apanhou várias vezes pancada, que suportava com calma; um dia, tendo recebido um pontapé, que aceitou sem protesto, disse a alguém que se admirava: «Se um bur. o me tivesse dado um coice, ir-me-ia eu queixar?» Em outra ocasião, como alguém lhe dissesse: «Aquele homem invectiva-te; não te injuria?» Ele respondeu: «Não, porque o que diz não se aplica a mim.»

Estobeu conservou-nos uma longa passagem de Musônio que nos permite fazer idea da maneira como os antigos consideravam as injúrias: não conheciam satisfação a obter senão por via dos tribunais, e os homens de sabedoria, essa própria desdenhavam. Pode vêr-se no *Górgias* de Platão que com efeito era essa a única reparação exigida para uma bofetada; também lá achamos relatada a opinião de Sócrates. Isto se conclui também do que conta Auleo-Geleio de um certo Lucio Verácio que se entretinha, por garotice e sem motivo algum, a dar uma bofetada aos cidadãos romanos que encontrava na rua; para evitar longas formalidades, fazia-se acompanhar de um escravo que trazia um saco de dinheiro, encarregado de pagar imediatamente ao espantado transeunte a multa legal de 25 asses. Crates, o célebre filósofo, recebeu do músico Nicodromo uma bofetada tão forte que a cara lhe ficou entumescida e equimosa; então atou um letreiro na testa com esta inscrição: «Nicodromo fez isto», o que atraiu sobre esse tocador de flauta uma imensa vergonha por ter cometido tal brutalidade contra um homem que toda Atenas venerava. Temos a esse respeito uma carta de Sinope, dirigida a Melísipo, na qual depois de lhe ter contado que foi batido por uns Atenienses ébrios, acrescenta: issó, claro está, nada importa. Séneca, no livro *De constantia sapientis*, desde o capítulo X até ao fim, trata circunstanciadamente da *contumélia* ou ultraje, para estabelecer que o sábio a desdenha. No capítulo XIV, diz: «Mas que fará o sábio que apanha uma bofetada? O que fez Catão quando lhe deram uma: não se enfureceu, não se vingou,

nem mesmo perdoou; mas negou que o houvessem injuriado».

«Sim, dirá o leitor, mas eram sábios!» E vós, o que sois? Loucos? — De acôrdo.

Vemos, portanto, que este princípio da honra cavaleiresca era desconhecido aos antigos, precisamente porque eles consideravam as coisas inteiramente pelo seu aspecto natural, sem prevenções e sem se deixar enganar por sinistras e ímpias balelas daquele género. Também num sôco ou numa bofetada não viam mais do que o que são na realidade: um pequeno acidente físico, ao passo que para os modernos é uma catástrofe e um tema para tragédias, como por exemplo no *Cid* de Corneille e num drama alemão mais recente, intitulado *A força das circunstancias*, mas que deveria chamar-se antes *A força do preconceito*. As reminiscências clássicas, assim como os exemplos da antiguidade, acima relatados, devem ter indisposto bastante os «homens de honra»; recomendamos-lhes, como antidoto, que leiam em *Jacques le Fataliste*, essa obra prima de Diderot, a historia de *Monsieur Desglonds*; acharão aí um tipo enexcedível de honra cavaleiresca moderna que os pode deleitar e edificar á vontade.

De tudo que precede resultam provas suficientes de que o princípio da honra cavaleiresca não é um princípio primitivo, fundado na própria natureza do homem; é artificial, sendo fácil descobrir a sua origem. E' filho daqueles séculos em que as mãos estavam mais exercitadas que a cabeça, e em que os padres traziam a razão encadeada: dessa idade média, emfim, tão gabada, e da sua cavalaria. Nesse tempo, com effeito, Deus não tinha só a missão de olhar por nós; tinha também a de julgar por nós. Por isso as causas judiciais difíceis se decidiam por «juizos de Deus», que consistiam, com poucas excepções, em combates singulares. O combate singular, ou «juízo de Deus», era uma instância superior para a qual se podia apelar de qualquer sentença judiciária. Dessa maneira, em vez da razão, eram a força e a dextreza física, isto é, a natureza animal, quem se erigia em tribunal, e não era o que um homem tinha feito, mas o que lhe havia sucedido, que decidia se tinha culpa ou razão, exactamente como succede com o princípio da honra cavaleiresca ainda hoje em vigor. Se se conservassem ainda dúvidas sobre essa origem do duelo e das suas formalidades, bastava, para as esclarecer inteiramente, ler a excelente obra de J. G. Mellingén, *The history of dueling*, 1849. Hoje ainda, entre as pessoas que regulam a sua vida por esses preconceitos (sabe-se que, por via de regra, não são precisamente nem as mais instruidas nem as mais razoáveis) muitas há para quem o resultado do duelo representa efectivamente a sentença divina na questão que provocou o combate; está aí, evidentemente, uma opinião nascida de uma longa transmissão hereditária e tradicional.

(Continúa)

(De *Parerga una Paralipomena*.)

TRADUÇÃO DE EDUARDO ABECASSIS.

ROUPA LAVADA

Levantou-se a velada... diz a linda alvorada do Cancioneiro medieval — *e vai lavar camisas*. Só as da noite sangrenta, que trabalham! Ensabôa, esfrega, bate, desencarde, põe a côrar. Linda barrela! Passa o caçador de João de Deus. «Boas tardes, lavadeira!» «Boas tardes, caçador!» A lavadeira larga a roupa, o sabão, a barrela, tudo, e desarvora!

Grande sorte, para os colleccionadores de números únicos.



O IDEAL REPUBLICANO

Um dos nossos assinantes teve a gentileza de nos oferecer um exemplar da brochura de Lévy-Bruhl, *L' Ideal Républicain*, edição do *Quotidien*. Interessante trabalho, sem dúvida alguma; neste momento, porém, mais interessante ainda do que recordar o *ideal*, isto é, o *fim* da República, seria determinar meios de o atingir, ou de nos aproximarmos dele, que fôsem menos illusórios do que a forma de regime parlamentar que temos tido. A reforma do regime parlamentar é pois o verdadeiro problema político do nosso tempo. Aliás, é isto mesmo o que Lévy Bruhl reconhece, quando diz (pag. 48): «a máquina parlamentar á pesadona, sobretudo com o sistema das duas Câmaras. O seu rendimento é pobre. Mal fornece a legislação reclamada pelas necessidades públicas mais urgentes, e ainda por cima essas poucas leis, quasi sempre, são de medíocre qualidade. Os homens públicos, até os melhores e mais capazes, vêem-se absorvidos pela faina parlamentar corrente e pelos pequeninos negócios diários que exigem solução imediata.»

Diz isto em França um defensor do ideal republicano. ¿Que diria elle no nosso país, com este inconsciente e criminosissimo Parlamento que nos está matando?



NOTA—O atrazo da publicação deste numero da *SEARA* fez com que o curioso capitulo de Schopenhauer sobre o duelo, que se traduziu por occasião do duelo Alvaro de Castro-Ribeiro da Fonseca, tenha perdido já agora a sua perfeita actualidade. Em todo caso, supomos que interessará os nossos leitores.